

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

CADERNO DE ENCARGOS

DESIGNAÇÃO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALOJAMENTO
TEMPORÁRIO PARA REQUERENTES E
BENEFICIÁRIOS DE PROTEÇÃO
INTERNACIONAL ACOMPANHADOS PELA
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE
LISBOA**

PROCESSO N.º **25DC14CPI005**

TIPO DE PROCEDIMENTO: **CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL**

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS GERAIS.....	4
1. OBJETO DO CONCURSO	4
2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE	4
3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGEM OS CONTRATOS A CELEBRAR.....	4
4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EXECUÇÃO CONTRATUALS	
5. AGRUPAMENTOS	5
6. REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS SERVIÇOS DA MESMA NATUREZA.....	6
7. INÍCIO DE VIGÊNCIA E TERMO DOS CONTRATOS.....	6
8. PREÇO BASE.....	6
9. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS	7
10. FATURAÇÃO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	7
11. REVISÃO DE PREÇOS	8
12. CAUÇÃO.....	8
13. SEGURO.....	8
14. TRABALHADORES AFETOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	9
15. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DOS CONTRATOS	9
16. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	9
17. PENALIDADES.....	10
18. RESPONSABILIDADE	11
19. RESOLUÇÃO.....	11
20. ATOS DE TERCEIROS	12
21. CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SCML	12
22. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	13
23. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	13
24. PUBLICIDADE	15
25. CONFIDENCIALIDADE.....	15
26. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR.....	15
27. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES.....	16
28. GESTOR DOS CONTRATOS.....	16
29. FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	16
PARTE II – CLÁUSULAS ESPECIAIS.....	17
30. ÂMBITO E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	17
31. LOCALIZAÇÃO DO ALOJAMENTO	18
32. CARACTERÍSTICAS DOS ALOJAMENTOS	18
33. OUTROS SERVIÇOS	18
34. DANOS	19
35. RELATÓRIOS	19

36. OBRIGAÇÕES GERAIS DO(S) ADJUDICATÁRIO(S)	20
37. NÍVEIS DE SERVIÇO	21

ANEXOS:

ANEXO A: CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA (VERSÃO DISPONIBILIZADA EM PDF)

ANEXO B: DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

ANEXO C: ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS GERAIS

1. OBJETO DO CONCURSO

- 1.1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir nos contratos a celebrar na sequência do concurso público internacional para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO PARA REQUERENTES E BENEFICIÁRIOS DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL ACOMPANHADOS PELA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA** em conformidade com as condições e características técnicas.
- 1.2. O presente procedimento encontra-se organizado por **3 (três) LOTES**:
- a) **LOTE 1 - SERVIÇOS DE ALOJAMENTO COMPOSTO POR 80 (OITENTA) CAMAS, EM QUARTOS PARA UTILIZADORES DE GÉNERO MASCULINO;**
 - b) **LOTE 2 - SERVIÇOS DE ALOJAMENTO COMPOSTO POR 42 (QUARENTA E DUAS) CAMAS, EM QUARTOS PARA AGREGADOS FAMILIARES, UTILIZADORES DE GÉNERO FEMININO E DE GÉNERO MASCULINO;**
 - c) **LOTE 3 - SERVIÇOS DE ALOJAMENTO COMPOSTO POR 28 (VINTE E OITO) CAMAS, EM QUARTOS PARA AGREGADOS FAMILIARES E UTILIZADORES DE GÉNERO FEMININO.**

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

A Entidade Adjudicante é a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, contribuinte fiscal n.º 500 745 471, sita no Largo Trindade Coelho, 1200-470 Lisboa, adiante designada por Entidade Adjudicante ou SCML.

3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGEM OS CONTRATOS A CELEBRAR

Na execução dos contratos objeto do presente procedimento, observar-se-ão:

- a) As cláusulas dos contratos, considerando-se integradas no mesmo este Caderno de Encargos, bem como os respetivos esclarecimentos e retificações, os termos dos suprimentos de erros e omissões identificados pelos Interessado e expressamente aceites pela SCML, e ainda a proposta do(s) Adjudicatário(s) e respetivos esclarecimentos, nos termos do disposto no Programa do Concurso;
- b) Os diplomas legais e regulamentares que se relacionem com o objeto dos contratos a celebrar, serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelos contratos ou documentos que dele fazem parte integrante;
- c) As disposições comunitárias que vinculem o Estado Português, assim como as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, as instruções de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes e as regras técnicas respeitantes a cada tipo de atividade a desenvolver no âmbito do presente Caderno de Encargos.

4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 4.1.** Se as divergências que se verifiquem entre os vários documentos que se consideram integrados nos contratos não puderem solucionar-se pelas regras gerais de interpretação, resolver-se-ão através da seguinte ordem de prevalência:
- 1.º** Os termos dos suprimentos, dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados e expressamente aceites pela SCML;
 - 2.º** Os esclarecimentos e as retificações relativas ao presente Caderno de Encargos;
 - 3.º** O presente Caderno de Encargos, com todos os documentos que o constituem;
 - 4.º** A proposta do(s) Adjudicatário(s);
 - 5.º** Os esclarecimentos sobre a proposta do(s) Adjudicatário(s), prestados pelo mesmo.
- 4.2.** As divergências que existam entre os vários documentos que se consideram integrados nos contratos e os clausulados destes resolver-se-ão pela prevalência dos primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pela SCML de acordo com o artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (adiante CCP) e aceites pelo(s) Adjudicatário(s) nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.
- 4.3.** Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis ou sobre o modo de execução das respetivas obrigações, o(s) Adjudicatário(s) deverá(ão):
- a)** Formular tais dúvidas imediatamente, por escrito, à SCML;
 - b)** Se as dúvidas ocorrerem após o início dos contratos, o(s) Adjudicatário(s) deverá(ão) formulá-las imediatamente, também por escrito, justificando as razões da sua apresentação extemporânea, sem prejuízo da sua responsabilidade decorrente do atraso pela execução pontual das prestações contratuais, tal como previsto neste Caderno de Encargos.
- 4.4.** A falta de cumprimento dos deveres referidos nas alíneas do número anterior torna o(s) Adjudicatário(s) responsável(eis) por todas as consequências da sua errónea ou deficiente interpretação.

5. AGRUPAMENTOS

- 5.1.** As entidades associadas para executar a prestação dos serviços objeto deste Caderno de Encargos, deverão constituir-se na modalidade de agrupamento complementar de empresas ou de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, como é especificado no Programa do Concurso, observando as disposições legais portuguesas aplicáveis.
- 5.2.** No caso previsto no número anterior, a SCML celebrará um único Contrato de prestação de serviços com o agrupamento, sem prejuízo de todos os membros do mesmo responderem solidariamente e cada um por si perante a SCML, pelo cumprimento integral do contrato que firmaram.
- 5.3.** Sem prejuízo do disposto no número anterior, no caso de algum(ns) dos membros do agrupamento deixar(em) de fazer parte do mesmo, e sem prejuízo da responsabilidade

solidária estabelecida, a sua responsabilidade pela execução da prestação de serviços perante a SCML transitará na íntegra para os restantes membros, sem prejuízo do direito de a SCML, se assim o entender, acionar o elemento desistente e/ou os restantes, no sentido de se ressarcir dos prejuízos daí decorrentes.

- 5.4.** No caso previsto no ponto anterior, a SCML, se o entender, poderá ainda resolver o contrato, sem prejuízo do direito a ser indemnizada, solidariamente, por todos os membros do Agrupamento/Consórcio, incluindo o desistente, dos prejuízos daí decorrentes.
- 5.5.** Salvo disposição imperativa da lei, qualquer alteração ao agrupamento depende de prévia autorização, por escrito, da SCML. Esta autorização deverá ser solicitada através de requerimento escrito, assinado por todas as entidades constituintes, incluindo a renunciante e a que a substitui, se for esse o caso.
- 5.6.** O agrupamento deverá designar um dos seus membros como representante e interlocutor perante a SCML, sem prejuízo da responsabilidade solidária de todos os seus membros, nem do que a lei estipula quanto ao representante do Adjudicatário.
- 5.7.** Para efeitos do presente procedimento e execução do contrato a celebrar todos os membros do agrupamento se submetem à legislação e ao foro portugueses designados no contrato, com expressa renúncia a qualquer um outro.

6. REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS SERVIÇOS DA MESMA NATUREZA

A SCML reserva-se o direito de adquirir ou de mandar adquirir por outrem, quaisquer serviços a que se refere o presente Caderno de Encargos, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados com o(s) Adjudicatário(s).

7. INÍCIO DE VIGÊNCIA E TERMO DOS CONTRATOS

- 7.1.** Os contratos a celebrar na sequência do presente procedimento entram em vigor no **dia 1 de agosto de 2025**, ou na data da última assinatura eletrónica, se esta ocorrer posteriormente, e têm o seu termo a **31 de dezembro de 2026**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação dos contratos.
- 7.2.** Não obstante o disposto no número anterior, os contratos apenas produzem efeitos após a sua publicitação.

8. PREÇO BASE

- 8.1.** Pela execução de todas as prestações objeto dos contratos a celebrar, que englobem os **3 (três) LOTES**, o preço base global é de **€ 1.790.000,00 (um milhão setecentos e noventa mil euros)**, acrescido de Imposto sobre o valor Acrescentado (IVA) à taxa legal aplicável, sendo para cada **LOTE** o seguinte:

8.1.1.LOTE 1 - €954.000,00 (novecentos e cinquenta e quatro mil euros);

8.1.2.LOTE 2 - €501.000,00 (quinhentos e um mil euros);

8.1.3. LOTE 3 - €335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil euros).

- 8.2.** O preço base global e os preços base por LOTE indicados nos números antecedentes, foram fixados mediante critérios objetivos, e obtidos através de consulta preliminar ao mercado.
- 8.3.** Os preços unitários indicados na proposta do(s) Adjudicatário(s) são aplicáveis durante toda a vigência dos contratos para todas as prestações a que se referem.
- 8.4.** O preço referido no número **8.1.** da presente cláusula, anterior inclui todos os custos, encargos e despesas inerentes à prestação de serviços cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à SCML.

9. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

- 9.1.** Pela prestação dos serviços objeto dos contratos, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a SCML obriga-se a pagar ao(s) Adjudicatário(s) o preço constante na proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 9.2.** O(s) Adjudicatário(s) obriga(m)-se a executar pelos preços constantes do contrato, do qual a sua proposta fará parte integrante, todos os serviços constantes deste Caderno de Encargos, competindo-lhe ainda efetuar sem direito a quaisquer remunerações suplementares os serviços subsidiários que forem consequentes daqueles ou necessários para a sua perfeita execução cumprindo todas as instruções que para o efeito lhe forem transmitidas pela SCML ou pelo(s) seu(s) representante(s).

10. FATURAÇÃO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 10.1.** As faturas deverão ser obrigatoriamente emitidas em formato eletrónico, e enviadas, via EDI (*Electronic Data Interchange*), **mensalmente**, para o Núcleo de Informação e Monitorização da Direção Financeira da SCML.
- 10.2.** As faturas devem mencionar obrigatoriamente o número da nota de encomenda enviado pela SCML, o detalhe dos serviços prestados e valores unitários associados por referência aos discriminados no presente Caderno de Encargos, e ser acompanhados de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência e validação.
- 10.3.** Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, os pagamentos serão efetuados por transferência bancária, mediante apresentação das respetivas faturas, no prazo de **30 (trinta) dias seguidos** a contar da data de entrada de cada fatura na SCML, desde que as mesmas tenham tido aprovação da SCML.
- 10.4.** Caso as faturas apresentadas não sejam aprovadas pela SCML, porque desconformes com a lei ou com o contrato, esta comunicará tal decisão ao(s) Adjudicatário(s), não procedendo a SCML ao seu pagamento até apresentação de outras em sua substituição, devidamente corrigidas.

10.5. O incumprimento das obrigações referidas nos números anteriores constitui causa de resolução, nos termos da cláusula **19.** do presente do Caderno de Encargos.

11. REVISÃO DE PREÇOS

Não é admitida a revisão de preços, nos termos do artigo 300.º do CCP.

12. CAUÇÃO

12.1. Quanto aos **LOTES 1 e 2**, o Adjudicatário garantirá mediante a prestação de caução o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do contrato.

12.2. O valor da caução é de **5% (cinco por cento)** do preço contratual e será prestada por depósito em dinheiro (**ANEXO IV** do presente Programa do Concurso) ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou ainda mediante garantia bancária à primeira solicitação (**ANEXO V** do presente Programa do Concurso) ou por seguro-caução à primeira solicitação (**ANEXO VI** do Presente Programa do Concurso).

12.3. A SCML promoverá a liberação da caução, nos termos do artigo 295.º do CCP.

12.4. No caso de resolução do contrato, a caução só será extinta e restituído o depósito ou cancelada a garantia bancária ou o seguro, depois de apuradas e pagas, se a isso houver lugar, as quantias que forem devidas à SCML.

12.5. Todas as despesas derivadas da prestação da caução serão da responsabilidade do Adjudicatário.

12.6. A SCML pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo Adjudicatário.

12.7. Quanto ao **LOTE 3** é dispensada a prestação de caução pelo Adjudicatário, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

12.8. Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP e da presente cláusula, a SCML reserva-se a faculdade de, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até **10% (dez por cento)** do valor dos pagamentos a efetuar.

13. SEGURO

13.1. Sem prejuízo da aplicação das penalidades e sem que isso constitua limitação das suas obrigações e responsabilidades, nos termos do estipulado neste Caderno de Encargos, deverá(ão) o(s) Adjudicatário(s) possuir seguro relativo à sua atividade, cobrindo todos os danos patrimoniais e não patrimoniais causados à SCML ou a terceiros emergentes da execução dos Contratos a celebrar na sequência deste procedimento, nomeadamente, deverá(ão) ser tomador(es) da apólice de Seguro de Responsabilidade Civil.

13.2. Os encargos referentes ao seguro imposto por este Caderno de Encargos são da exclusiva responsabilidade do(s) Adjudicatário(s).

- 13.3.** O seguro deverá ser contratado junto de uma Seguradora autorizada a exercer a atividade seguradora em Portugal.
- 13.4.** A SCML, ou seu Representante, poderão exigir a todo o momento ao(s) Adjudicatário(s) a apresentação de cópia dos recibos comprovativos do pagamento dos prémios da apólice de seguro.
- 13.5.** Qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável será da responsabilidade do(s) Adjudicatário(s).
- 13.6.** A apólice de seguro referida no número 1. da presente cláusula rege-se pela lei portuguesa e o foro competente para dirimir quaisquer questões relativas à mesma é o de Lisboa.

14. TRABALHADORES AFETOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O(s) Adjudicatário(s) obriga(m)-se a cumprir o disposto no artigo 419-A do CCP.

15. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DOS CONTRATOS

15.1. Os contratos podem ser modificados:

- 15.1.1.** Por acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato;
- 15.1.2.** Por decisão judicial ou arbitral, com os limites estabelecidos na alínea b) do número 1 do artigo 311º do CCP;
- 15.1.3.** Por decisão da SCML, com fundamento em razões de interesse público.

15.2. Os contratos podem ser modificados com os seguintes fundamentos:

- 15.2.1.** Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes tenham fundado a decisão de contratar, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato;
- 15.2.2.** Razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes;

15.3. A modificação do contrato encontra-se sujeita aos limites e consequências, previstos, respetivamente, nos artigos 313.º e 314.º do CCP.

16. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

- 16.1.** O(s) Adjudicatário(s) não poderá(ão) por qualquer forma ou meio, realizar qualquer parte dos serviços objeto dos contratos a celebrar por subcontratação, nem poderá(ão) ceder, total ou parcialmente, a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, exceto se existir prévia autorização, por escrito, da SCML.
- 16.2.** No caso de subcontratação, o(s) Adjudicatário(s) permanece(m) integralmente responsável(eis) perante a SCML pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações resultantes dos contratos.

- 16.3.** Em caso de incumprimento pelo(s) Adjudicatário(s), das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução dos contratos, o(s) Adjudicatário(s) cede(m) a sua posição contratual ao Concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato, que venha da ser indicado pela SCML, pela ordem sequencial do procedimento, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 318.º-A do CCP.
- 16.4.** A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
- 16.5.** Os direitos e obrigações do(s) Adjudicatário(s), desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato da cessão da posição contratual, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor, de acordo com o n.º 5 do artigo 318.º-A do CCP.
- 16.6.** A posição contratual do(s) Adjudicatário(s) nos subcontratos por si celebrados transmitem-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta, conforme o n.º 8 do artigo 318.º-A do CCP.
- 16.7.** A cessão da posição contratual e a subcontratação regem-se pelo disposto nos artigos 317.º a 321.º do CCP.

17. PENALIDADES

- 17.1.** No caso de o(s) Adjudicatário(s) não prestar(em) os serviços no prazo e/ou nas restantes condições propostas e/ou estabelecidas, a SCML reserva-se o direito de, e sem prejuízo de qualquer outro procedimento legal:
- 17.1.1.** Resolver os contratos nos termos legais;
- 17.1.2.** Adquirir os serviços em falta ou desconformes, no mercado, ficando a diferença de preços, e restantes encargos, a cargo do(s) Adjudicatário(s);
- 17.1.3.** Aplicar uma penalidade de **€100,00 (cem euros)**, por cada hora de atraso, na resposta aos pedidos de *check in* e *check out* solicitados pela SCML, nos termos da alínea **i)**, da cláusula **36.** do presente Caderno de Encargos;
- 17.1.4.** Aplicar uma penalidade de **€100,00 (cem euros)**, por cada dia de atraso no envio dos relatórios previstos na cláusula **35.** do presente Caderno de Encargos;
- 17.1.5.** No caso de incumprimento das demais obrigações emergentes dos contratos a celebrar, a SCML pode exigir ao(s) Adjudicatário(s), penalidade a fixar em função da gravidade do incumprimento, até ao montante máximo de **€ 5.000,00 (cinco mil euros)**.
- 17.2.** As importâncias resultantes das penalidades aplicadas serão descontadas em faturas por liquidar, ou com o acionamento da retenção prevista na cláusula **12.2.** do presente Caderno de Encargos.
- 17.3.** As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a SCML exija uma indemnização por quaisquer prejuízos causados.

- 17.4.** Se qualquer sanção ou o seu conjunto atingir um valor superior a **20% (vinte por cento)** do preço contratual, a SCML reserva-se o direito de optar pela resolução do contrato nos termos estabelecidos neste Caderno de Encargos e no disposto no artigo 329.º do CCP.
- 17.5.** A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos do n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

18. RESPONSABILIDADE

- 18.1.** Se o(s) Adjudicatário(s) ou os seus agentes, de sua iniciativa e sem autorização prévia da SCML, derem causa que permita a terceiros exigir uma indemnização à SCML, deverá(ão) o(s) Adjudicatário(s) indemnizar a SCML por todos os prejuízos sofridos.
- 18.2.** O(s) Adjudicatário(s) assume(m) integral responsabilidade pelos serviços prestados, sendo o(s) único(s) responsável(eis) perante a SCML pelo correto, integral e pontual cumprimento das obrigações respetivas.
- 18.3.** O(s) Adjudicatário(s) responde(m), nomeadamente, por quaisquer erros, desconformidades ou omissões na execução dos contratos, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se o(s) Adjudicatário(s) provar(em) que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pela SCML.
- 18.4.** Sempre que os erros, desconformidades ou omissões na execução dos contratos resultem de dados fornecidos por escrito pela SCML, o apuramento das responsabilidades far-se-á de acordo com o previsto no artigo 378.º do CCP.
- 18.5.** Em qualquer altura e logo que solicitado pela SCML, o(s) Adjudicatário(s) obriga(m)-se a corrigir os erros, as desconformidades ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de esta mandar fornecer-los por conta do(s) Adjudicatário(s), sempre que a responsabilidades dos mesmos lhe seja imputável.
- 18.6.** As ações de supervisão da SCML em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do(s) Adjudicatário(s) no que se refere à sua execução dos contratos.

19. RESOLUÇÃO

- 19.1.** Sem prejuízo do referido nos números seguintes, bem como do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º, todos do CCP, a SCML poderá resolver os contratos em caso de incumprimento pelo(s) Adjudicatário(s), após este(s) último(s) ter(em) sido notificado(s) desse não cumprimento e, se decorrido o prazo que lhe(s) for fixado na notificação, não tiver(em) sanado a situação.
- 19.2.** A SCML poderá resolver de forma imediata os contratos em caso de incumprimento por parte do(s) Adjudicatário(s), designadamente, nos casos seguintes:
- 19.2.1.** Se o(s) Adjudicatário(s), sem prévia autorização escrita da SCML, transmitir a terceiros quaisquer direitos ou obrigações emergentes da presente prestação de serviços;

- 19.2.2.** Se se verificar o previsto em **17.4.**;
 - 19.2.3.** Se ocorrer a prática de atos dolosos ou negligentes que alterem a boa execução da prestação de serviços;
 - 19.2.4.** Se se verificar a obstrução à atuação da SCML, a quem compete a verificação da prestação de serviços;
 - 19.2.5.** Quando o cumprimento se torne impossível;
 - 19.2.6.** Quando a SCML, em virtude do incumprimento, tenha perdido o interesse na prestação.
- 19.3.** O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pela SCML, não preclui o direito da mesma de vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do Adjudicatário(s) e da resolução.
- 19.4.** Se a resolução for imputável ao(s) Adjudicatário(s), um dos elementos a ter em conta na avaliação quantitativa da responsabilidade é a diferença entre o valor dos serviços, afetados pela resolução e aquele porque vierem a ser de novo adjudicados.
- 19.5.** Em caso de resolução dos contratos e logo que esteja fixada a responsabilidade do(s) Adjudicatário(s) será o montante respetivo deduzido nas quantias em dívida, ou por acionamento das garantias, pagando-se-lhe o saldo se existir. Havendo lugar a um saldo a favor da SCML, o mesmo deverá ser pago pelo(s) Adjudicatário(s), no prazo de **30 (trinta) dias seguidos** após a sua notificação.
- 19.6.** A SCML, independentemente da conduta do(s) Adjudicatário(s), reserva-se o direito de resolver, por razões de interesse público, nos termos do artigo 334.º do CCP, total ou parcialmente, os contratos com o(s) Adjudicatário(s), por carta registada com aviso de receção.
- 19.7.** A SCML poderá ainda resolver os contratos, nos termos e com os fundamentos previstos no artigo 335.º do CCP.

20. ATOS DE TERCEIROS

Sempre que o(s) Adjudicatário(s) sofra(m) impedimentos na execução dos serviços contratados, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deverá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da data da ocorrência, informar a SCML de modo a esta ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance, sem prejuízo do estabelecido quanto a responsabilidade.

21. CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SCML

- 21.1.** No âmbito da Política de Compras Sustentáveis da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o(s) Adjudicatário(s) fica(m) obrigado(s) a cumprir e fazer cumprir as normas do CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA em vigor, no exercício das relações comerciais estabelecidas com a mesma, constante do **ANEXO A** do presente Caderno de Encargos e disponível para consulta em <http://www.scml.pt>.

21.2. O(s) Adjudicatário(s) deverá(ão) entregar e subscrever, com a outorga dos contratos, a DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, através da qual procede à respetiva aceitação expressa, conforme modelo constante também do **ANEXO B** do presente Caderno de Encargos.

22. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

22.1. São da exclusiva responsabilidade do(s) Adjudicatário(s) quaisquer encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, na prestação de serviços objeto do presente procedimento, de patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos, incluindo as de obter junto dos respetivos proprietários as necessárias autorizações e as obrigações de pagamentos dos correspondentes encargos.

22.2. Caso a SCML venha a ser demandada em consequência do incumprimento pelo(s) Adjudicatário(s) do disposto no número anterior, o(s) Adjudicatário(s) indemnizará(ão) a SCML por todas as despesas que, em consequência, esta incorra seja a que título for, conforme disposto no artigo 447.º do CCP.

23. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

23.1. Sempre que a execução dos contratos implicar a necessidade de tratamento de dados pessoais recolhidos pela SCML, o(s) Adjudicatário(s) obriga(m)-se a apresentar garantias de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma que o tratamento satisfaça os requisitos legais aplicáveis e assegure a defesa dos direitos dos titulares dos dados.

23.2. No momento da admissão (*check in*) dos requerentes acolhidos no alojamento, incumbe ao(s) Adjudicatário(s) garantir que são devidamente transmitidas e, clarificadas todas as informações relativas à recolha e tratamento de dados pessoais.

23.3. Por “tratamento de dados pessoais” ou “tratamento”, entende-se: qualquer operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

23.4. Para efeitos do tratamento de dados pessoais sob a responsabilidade da SCML, o(s) Adjudicatário(s) obriga(m)-se a:

23.4.1. Proceder ao tratamento dos dados pessoais adequados, pertinentes e limitados ao que for necessário relativamente à execução do objeto do presente procedimento e somente durante o período de vigência do mesmo;

- 23.4.2.** Tratar os dados pessoais de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental;
- 23.4.3.** Informar, de imediato, a SCML assim que tiver conhecimento da ocorrência de qualquer incidente de segurança no tratamento;
- 23.4.4.** Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções expressas e documentadas da SCML, a menos que seja legalmente obrigado a fazê-lo, informando nesse caso a SCML desse requisito jurídico antes do tratamento;
- 23.4.5.** Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram previamente um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- 23.4.6.** Adotar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado aos riscos apresentados pelo tratamento em causa, incluindo, consoante o que for adequado: a pseudonimização e a cifragem dos dados pessoais; a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento; a capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico; um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento;
- 23.4.7.** Não contratar outro subcontratante sem que a SCML tenha dado, previamente e por escrito, autorização para esse efeito;
- 23.4.8.** Prestar assistência à SCML, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, de modo a permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;
- 23.4.9.** Prestar assistência à SCML, de acordo com a natureza do tratamento e a informação ao dispor do(s) Adjudicatário(s), no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações relativas, à aplicação de medidas de segurança adequadas ao tratamento dos dados pessoais, à notificação atempada e fundamentada de qualquer violação de dados pessoais, e à avaliação prévia de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais;
- 23.4.10.** Apagar ou devolver todos os dados pessoais à SCML, consoante opção expressa da SCML, depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja legalmente exigida;
- 23.4.11.** Disponibilizar à SCML todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula, bem como facilitar

e contribuir para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela SCML ou por outro auditor por esta mandatado.

23.5. O(s) Adjudicatário(s) obriga(m)-se, ainda, a cooperar plenamente com a SCML e a satisfazer as respetivas solicitações, relativamente ao tratamento de dados pessoais, e, em especial, quando:

23.5.1. Um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo(s) Adjudicatário(s) no âmbito do presente procedimento;

23.5.2. A SCML tenha de realizar diligências destinadas ao cumprimento de qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação, relativa ao tratamento de dados pessoais no âmbito do presente procedimento.

23.6. A qualquer subcontratante que venha a ser contratado pelo(s) Adjudicatário(s), após autorização escrita dada pela SCML para o efeito, impõem-se as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas no presente procedimento para o(s) Adjudicatário(s), mantendo-se este, em todo o caso, plenamente responsável perante a SCML pelo cumprimento das obrigações assumidas pelo subcontratante.

24. PUBLICIDADE

O(s) Adjudicatário(s) não poderá(ão) fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade ou divulgação, diretamente relacionada com o objeto do presente procedimento, sem a prévia autorização, por escrito, da SCML.

25. CONFIDENCIALIDADE

O(s) Adjudicatário(s) (incluindo seus trabalhadores ou quaisquer subcontratados) obriga(m)-se a não divulgar quaisquer dados, factos ou documentos do presente procedimento ou dos Contratos, mesmo após o seu termo, salvo motivo legal ou requerimento judicial, nos termos e para os efeitos estabelecidos no **ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE**, conforme modelo que constitui o **ANEXO C** do presente Caderno de Encargos, que o(s) Adjudicatário(s) se obriga(m) a subscrever na data de assinatura dos contratos a celebrar na sequência do presente procedimento.

26. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

26.1. Em caso fortuito ou de força maior, o contraente atingido notificará, imediatamente, por escrito a outra parte, fornecendo-lhe todas as informações relevantes no prazo de 10 (dez) dias seguidos, através de carta registada com aviso de receção, para a morada indicada na cláusula **2.** do presente Caderno de Encargos, para que de colaboração as partes procedam ao seu apuramento e à determinação dos seus efeitos. Se a parte afetada assim não proceder não poderá mais invocar os seus direitos, salvo se o caso fortuito ou

de força maior a houver impedido também de solicitar oportunamente o apuramento do facto.

- 26.2.** Em caso fortuito ou de força maior que impeça a execução dos contratos por parte do(s) Adjudicatário(s), a SCML poderá recorrer a terceiros para aquela execução, pelo tempo correspondente ao impedimento.

27. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

- 27.1.** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes dos contratos, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, devendo para os devidos efeitos ser considerada a morada da SCML indicada na cláusula **2.** do presente Caderno de Encargos.
- 27.2.** Qualquer alteração das informações de contato constantes no Caderno de Encargos deve ser comunicada, por escrito, à outra parte.

28. GESTOR DOS CONTRATOS

- 28.1.** A SCML designará um ou mais gestores dos contratos, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução.
- 28.2.** O(s) Adjudicatário(s) deverá(ão) comunicar à SCML, até à data da apresentação dos documentos de habilitação, o nome do seu Representante, que servirá de interlocutor para todas as fases de execução dos contratos.

29. FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 29.1.** Para dirimir quaisquer questões ou litígios emergentes da interpretação, aplicação, cumprimento ou incumprimento do disposto nos documentos relativos à presente prestação de serviços será exclusivamente competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com expressa renúncia a qualquer outro, sendo a legislação portuguesa a aplicável.
- 29.2.** Em tudo o omissa no presente Caderno de Encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

PARTE II – CLÁUSULAS ESPECIAIS

30. ÂMBITO E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

30.1. Os serviços a realizar pelo(s) Adjudicatário(s), a prestar no âmbito dos contratos a celebrar, compreendem, designadamente:

30.1.1. Para o **Lote 1**, disponibilizar 80 (oitenta) camas em quartos para utilizadores de género masculino;

30.1.2. Para o **Lote 2**, disponibilizar 42 (quarenta e duas) camas em quartos para agregados familiares, utilizadores de género feminino e de género masculino; e

30.1.3. Para o **Lote 3**, disponibilizar 28 (vinte e oito) camas em quartos para agregados familiares e utilizadores de género feminino.

30.2. O alojamento, por **LOTE**, deverá ser efetuado numa única Unidade Hoteleira/Hostel ou, no máximo, em 2 (duas) Unidades Hoteleiras/Hostels, devendo manter-se as mesmas unidades, durante todo o período da prestação dos serviços.

30.3. A(s) unidade(s) hoteleira(s)/Hostels devem estar, preferencialmente, em regime de exclusividade.

30.4. O(s) Adjudicatário(s) deve(m) garantir a não alteração dos termos e condições em vigor, assim como as unidades de alojamento local indicadas na proposta, exceto em situações devidamente fundamentadas e autorizadas pela SCML.

30.5. Caso seja necessário alterar alguma das condições referidas no número anterior ou substituir alguma das unidades de alojamento local, o(s) Adjudicatário(s) deve(rão) obrigatoriamente, identificar outras unidades de alojamento que permitam o alojamento.

30.6. Para efeitos da prestação dos serviços, objeto dos contratos a celebrar, é da **exclusiva responsabilidade da SCML:**

30.6.1. Atribuição dos quartos;

30.6.2. Troca ou alteração de quarto, atendendo à disponibilidade dos espaços;

30.6.3. Designar um interlocutor e um substituto que monitorize o fluxo do alojamento e assegure as comunicações relativas ao alojamento;

30.6.4. Acompanhar os requerentes acolhidos e a responder a eventuais interpelações do(s) Adjudicatário(s), em caso de perturbação da paz social no alojamento, ou de incumprimento das regras básicas de convívio e higiene praticadas no alojamento;

30.6.5. Custos das camas com ocupação efetiva. Contudo e caso se verifique que não há ocupação de 100% (cem por cento) do número de camas contemplados em cada **LOTE**, a SCML responsabiliza-se pelo pagamento mínimo, correspondente a 90% (noventa por cento) da taxa de ocupação efetiva máxima;

30.6.6. Garantir a disponibilização de uma equipa de segurança durante a vigência dos contratos a celebrar.

31. LOCALIZAÇÃO DO ALOJAMENTO

Os alojamentos devem estar localizados no concelho de Lisboa.

32. CARACTERÍSTICAS DOS ALOJAMENTOS

32.1. Os alojamentos devem dispor de mobiliário e equipamento adequados e em bom estado de conservação.

32.2. Os **quartos/alojamentos** devem dispor, obrigatoriamente, de:

32.2.1. Mobiliário e equipamentos em condições adequadas à utilização em quartos;

32.2.2. Roupeiro/cacifo individualizado, cujo acesso e segurança tenha uma fechadura, cadeado ou outro mecanismo de segurança, nos quais seja possível guardar os bens pessoais e roupa;

32.2.3. Roupas de cama e de atalhados assegurando-se, no mínimo, a mudança semanal da roupa de cama e da roupa banho, com roupa lavada em sua substituição;

32.2.4. Para os **LOTES 2 e 3**, os quartos devem ainda, disponibilizar mobiliário para a realização de atividades escolares.

32.3. As **instalações sanitárias** do alojamento devem:

32.3.1. Ser completas, possuindo loiça sanitária, lavatório e chuveiro.

32.3.2. No caso de existência de instalações sanitárias comuns a vários quartos, que não estejam separadas por género (mistas), os chuveiros devem configurar espaços autónomos, separados por portas com fecho interior.

32.3.3. Garantir a disponibilização diária de produtos de higiene pessoal para cada hóspede, nomeadamente, shampoo, gel de banho e papel higiénico.

32.4. O alojamento deve garantir a existência de **zonas de convívio comuns**, dispondo dos seguintes espaços, ajustados ao número de pessoas a alojar por **LOTE**:

32.4.1. 1 (uma) sala de convívio;

32.4.2. 1 (uma) cozinha, ou espaço equiparado no qual possam ser confeccionadas refeições, munida de loiça e de utensílios e equipamentos de cozinha destinados à sua confeção. Este espaço deverá, igualmente, dispor de eletrodomésticos (fogão, frigoríficos e máquina de lavar loiça) que permitam assegurar a confeção e armazenamento dos alimentos, bem como a higienização adequada dos espaços;

32.4.3. 1 (um) espaço para utilização da máquina de lavar roupa.

33. OUTROS SERVIÇOS

Para além do disposto nas cláusulas anteriores, o(s) Adjudicatário(s) deve(m) garantir no alojamento, os seguintes serviços:

a) Fornecimento permanente de água e eletricidade;

- b)** Manutenção da limpeza e higienização de todos os espaços, nomeadamente, limpeza semanal dos quartos e limpeza diária das instalações sanitárias, e zonas sociais comuns;
- c)** Existência de um serviço de portaria/receção **24 h (vinte e quatro horas)** com controlo de acessos;
- d)** Garantia das condições de segurança no que se refere à proibição de acesso a pessoas estranhas e não hóspedes;
- e)** Garantia das condições de segurança contra incêndios, nomeadamente, de extintor e manta de incêndio;
- f)** Existência de kit de primeiros socorros, bem como de medicamentos base para situações inesperadas de emergência; e
- g)** Acesso a internet WI-Fi.

34. DANOS

- 34.1.** Caso se verifique a danificação e/ou destruição intencional de algum equipamento, instalações ou aparelhos, pelas pessoas alojadas, o(s) Adjudicatário(s) obriga(m)-se a reportar, por escrito, o dano verificado à SCML, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, devendo descrever o dano verificado com a(s) respetiva(s) fotografia(s) que documente(m) o sucedido.
- 34.2.** Após receção da comunicação do dano/destruição, a SCML procederá à respetiva análise, ficando a aceitação da responsabilidade pela sua reparação ou ressarcimento, sujeita à validação da SCML.
- 34.3.** Caso o dano/destruição seja validado pela SCML, esta procederá à respetiva reparação revelando-se esta ainda possível ou, em alternativa, ao ressarcimento do(s) Adjudicatário(s), caso se conclua que a SCML não logrou reparar o dano pelos seus próprios meios, ou se revele impossível qualquer reparação.
- 34.4.** Qualquer desgaste resultante da utilização normal das instalações, dos equipamentos, do mobiliário e outros bens do alojamento, são da inteira responsabilidade do(s) Adjudicatário(s).
- 34.5.** No início da prestação de serviços será efetuada uma visita conjunta da SCML e do(s) Adjudicatário(s) ao alojamento, destinada ao levantamento do estado de conservação das instalações e equipamentos.

35. RELATÓRIOS

O(s) Adjudicatário(s) obriga(m)-se a elaborar e a remeter **semanalmente**, e na **sexta-feira de cada semana** para a SCML, mediante correio eletrónico deslocacoes.utentes@scml.pt, relatórios com a seguinte informação:

- a)** Monitorização e registo de todas as entradas e saídas das pessoas alojadas, para acompanhamento dos contratos, e das obrigações da SCML junto da AIMA e ISS;

- b)** Danos e/ou destruição verificados em equipamentos, instalações ou aparelhos do alojamento; e
- c)** Todos os incidentes de segurança, bem como incidentes de outra natureza que, pela sua importância, devam ser comunicados à SCML.

36. OBRIGAÇÕES GERAIS DO(S) ADJUDICATÁRIO(S)

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, e no presente Caderno de Encargos, decorrem para o(s) Adjudicatário(s) designadamente as seguintes obrigações:

- a)** Coordenar e implementar todas as ações necessárias à presente prestação de serviços;
- b)** Afetar e recorrer a todos os meios e recursos humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução dos contratos;
- c)** Comunicar antecipadamente à SCML, logo que dele tenha conhecimento, qualquer facto que torne total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer obrigação contratual;
- d)** Comunicar imediatamente à SCML qualquer facto que ocorra que impeça a prestação de serviços, de forma fundamentada;
- e)** Comunicar imediatamente à SCML qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos que altere designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e/ou comercial;
- f)** Permitir que a SCML acompanhe os serviços, nomeadamente que verifique, em qualquer momento, e da forma que entender, os serviços objeto do presente procedimento;
- g)** Prestar atempadamente todas as informações relativas à prestação de serviços, que lhe sejam solicitadas pela SCML;
- h)** A prestação de serviços por **Lote**, deve ser executada em conformidade com o que se dispõe no presente Caderno de Encargos, bem como todos os requisitos/obrigações legais previstos para o exercício da atividade de alojamento local, como sendo os requisitos gerais e de segurança, e estar devidamente autorizada e cumprir com as normas e regulamentos emitidos pela respetiva Câmara Municipal, pela Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), e pelo Turismo de Portugal, designadamente, no que respeita à sua lotação máxima.
- i)** O(s) Adjudicatário(s) obriga(m)-se a dar resposta no prazo máximo de **1 (uma) hora** aos **pedidos de entrada (check in)** e **pedidos de saída (check out)**, solicitados pela SCML, via correio eletrónico deslocacoes.utentes@scml.pt.
- j)** Em cada saída (*check out*), caberá ao(s) Adjudicatário(s) verificar que o alojado entrega todos os bens de utilização própria, ou comum aos quais teve acesso no alojamento, no decurso da sua estadia.

- k)** Em caso de abandono por parte dos requerentes acolhidos, por um período superior a **24h (vinte e quatro horas)**, o(s) Adjudicatário(s) deve(rão) notificar a SCML de imediato e no prazo máximo de **12h (doze horas)** após aquele período.
- l)** Para efeitos de execução da prestação de serviços, o(s) Adjudicatário(s) deve(rão) ainda nomear um Gestor responsável pela gestão dos contratos e respetivo substituto, relativamente ao qual competirá, nomeadamente:
- a)** Presença em reuniões periódicas mensais com a SCML, para análise da execução dos contratos;
 - b)** Receber e encaminhar as notas de encomenda, durante a execução dos contratos;
 - c)** Receber e encaminhar os demais pedidos que a SCML entenda formular durante a execução dos contratos;
 - d)** Assumir, por solicitação da SCML, a resolução de qualquer pedido formulado, sempre que o mesmo não tenha sido resolvido nos termos estipulados nos contratos;
 - e)** Prestar esclarecimentos relativos à faturação, e execução dos contratos que a SCML solicitar.

37. NÍVEIS DE SERVIÇO

O(s) Adjudicatário(s) deve(m) cumprir os seguintes níveis de serviço mínimos:

- a)** Nas solicitações da SCML **aos pedidos de entrada (check in)** e aos **pedidos de saída (check out)**, dar resposta no prazo máximo de 1 (uma) hora aos referidos pedidos, a contar do envio do respetivo email, nos termos da alínea **i)**, da cláusula **36.** do presente Caderno de Encargos;
- b)** Enviar **semanalmente** na **sexta-feira de cada semana**, os Relatórios com a informação identificada na cláusula **35.** do presente Caderno de Encargos;
- c)** Reportar à SCML no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas, sempre que se verifique alguma situação de danos, nos termos da cláusula **34.** do presente Caderno de Encargos; e
- d)** Reportar à SCML no prazo máximo de 12 (doze) horas sempre que se verifique abandono por parte dos requerentes acolhidos pela SCML, nos termos alínea **k)**, da cláusula **36.** do presente Caderno de Encargos.

ANEXO A

CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES
DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA
(VERSÃO DISPONIBILIZADA EM PDF)

ANEXO B

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**

DENOMINAÇÃO DA EMPRESA: _____

NÚMERO DE PESSOA

COLETIVA: _____

MORADA

(SEDE): _____

NOME DO REPRESENTANTE

LEGAL: _____

NÚMERO DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

PESSOAL: _____

MORADA: _____

—

CARGO: _____

Tendo recebido e tomado conhecimento do Código de Conduta dos Fornecedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, declara que se compromete a cumprir as suas normas, além das obrigações assumidas no contrato celebrado com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em (indicar a data).

Data e Local

_____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura do declarante e carimbo

ANEXO C**ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE**

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa número 500 745 471, adiante designada **PRIMEIRA OUTORGANTE** ou **SCML**, representada neste ato por **[INSERIR]**, **[INSERIR]**;

E

- **[INSERIR]**, com sede **[INSERIR]** com o capital social de **[INSERIR]** Euros, e com o número único de matrícula registada na Conservatória do Registo Comercial de **[INSERIR]**, adiante designada por **SEGUNDA OUTORGANTE** representada neste ato por **[INSERIR]** na qualidade de **[INSERIR]**, titular do cartão de cidadão n.º **[INSERIR]**, válido até **[INSERIR]** / bilhete de identidade n.º **[INSERIR]**, emitido em **[INSERIR]**, com domicílio profissional na sede da sua representada.

Celebram o presente acordo irrevogável de confidencialidade (adiante designado por “Acordo”), que se rege pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA 1ª
(OBJETO)**

- 1) A **SEGUNDA OUTORGANTE**, incluindo os seus trabalhadores ou quaisquer subcontratados, obriga-se a manter total sigilo e confidencialidade sobre toda a informação transmitida pela **PRIMEIRA OUTORGANTE**, por forma direta ou indireta, por escrito ou verbalmente, no âmbito ou por força do Contrato celebrado entre as partes relativo a **[INSERIR OBJETO DO CONTRATO A CELEBRAR]** (doravante o “Contrato”), seja a classificada com indicação de confidencial, divulgação restrita ou a que pela sua natureza assim seja considerada, obrigando-se a não divulgar nem a transmitir qualquer informação sem prévia autorização escrita da SCML, qualquer que seja o modo ou via pela qual a ela acedeu, ainda que de forma accidental e involuntária.
- 2) A **SEGUNDA OUTORGANTE** obriga-se a guardar sigilo sobre toda a documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, oficial ou não, independentemente do suporte em que se encontre, incluindo sem limitar dados estatísticos e listas de fornecedores; clientes; protocolos e valores de contratos; protótipos; amostras; instalações; materiais e equipamentos, incluindo *hardware* e *software*, relativa à SCML e ou a qualquer um dos seus departamentos, serviços, equipamentos e estabelecimentos, deslocalizados da sede ou não, de que possa ter ou vir a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.
- 3) Para além da informação referida nos números anteriores, qualquer outra relativa à SCML e ou qualquer um dos seus departamentos, serviços, equipamentos e estabelecimentos,

deslocalizados da sede ou não, carece, para poder ser divulgada, de autorização prévia escrita da SCML, mesmo depois de terminado o Contrato.

CLÁUSULA 2ª
(EXCEÇÕES)

- 1) Não se entende por informação confidencial toda e qualquer informação que:
 - a) Seja do conhecimento público e se encontre genericamente acessível anteriormente ao momento em que a informação seja entregue pela **PRIMEIRA OUTORGANTE** à **SEGUNDA OUTORGANTE**;
 - b) Se torne do conhecimento público e se venha a encontrar genericamente acessível ao público em geral depois de transmitida pela **PRIMEIRA OUTORGANTE** à **SEGUNDA OUTORGANTE**;
 - c) Esteja já em poder da **SEGUNDA OUTORGANTE** no momento da sua transmissão a este pela **PRIMEIRA OUTORGANTE**, tal se concluindo pela análise do arquivo e registos constantes da informação referida no momento imediatamente anterior à transmissão;
 - d) Seja obtida pela **SEGUNDA OUTORGANTE** através de uma terceira parte sem que para tal tenha havido quebra das obrigações de confidencialidade dessa terceira parte;
 - e) Tal informação seja independentemente conseguida sem recurso ou referência à informação confidencial transmitida pela **PRIMEIRA OUTORGANTE**, devendo este facto ser demonstrado por documentos ou outras provas pertinentes em poder da **SEGUNDA OUTORGANTE**;
 - f) Seja exigível por lei à **SEGUNDA OUTORGANTE** revelar tal informação confidencial, desde que disso notifique, por escrito e de forma a poder fazer prova, a **PRIMEIRA OUTORGANTE**, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, sobre a data do cumprimento da exigência legal.
- 2) Qualquer outra informação relativa ao descrito na cláusula anterior, para poder ser divulgada carece de autorização prévia escrita da SCML mesmo após o termo do Contrato.

CLÁUSULA 3ª
(FINALIDADE)

A **SEGUNDA OUTORGANTE** obriga-se a não fazer uso direto ou indireto das informações obtidas no âmbito do relacionamento com a **PRIMEIRA OUTORGANTE**, a não ser para os fins exclusivos para os quais foram fornecidas.

CLÁUSULA 4ª
(TRANSMISSÃO A TERCEIROS)

- 1) A **SEGUNDA OUTORGANTE** obriga-se a não divulgar as informações ou utilizá-las a título profissional e/ou em benefício próprio.
- 2) A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento direto ou indireto, incluindo sem limitar todo e qualquer uso comercial ou real ou potencial, presente ou futuro, que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato, sem prévia autorização expressa da SCML.

CLÁUSULA 5ª
(REPRODUÇÃO)

A **SEGUNDA OUTORGANTE** obriga-se a não fazer qualquer reprodução de quaisquer informações prestadas sem prévia autorização expressa nesse sentido.

CLÁUSULA 6ª
(PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO)

- 1) As autorizações referidas são solicitadas e concedidas por escrito, por qualquer meio que permita comprovar a sua receção pela outra parte, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da receção do pedido pela Primeira Outorgante.
- 2) Os pedidos de autorização e as respetivas respostas consideram-se efetuados:
 - a) No próprio dia em que forem entregues em mão ou transmitidas por telefax, se entregues ou recebidas entre as 9 (nove) e as 17 (dezassete) horas, ou no dia útil imediatamente seguinte, no caso de serem entregues ou recebidas após as 17 (dezassete) horas;
 - b) No caso de envio pelo correio, na data aposta pelo destinatário no respetivo aviso de receção. Na falta de indicação de tal data, a notificação presume-se efetuada no terceiro dia posterior ao do registo ou no primeiro dia útil seguinte se aquele coincidir com sábado, domingo ou feriado.

CLÁUSULA 7ª
(RESTITUIÇÃO)

A **SEGUNDA OUTORGANTE** obriga-se a restituir todo o material entregue, quando solicitado, e a não conservar cópias ou reproduções de qualquer tipo do mesmo.

CLÁUSULA 8ª
(DEVER DE CONFIDENCIALIDADE DOS COLABORADORES)

- 1) A **SEGUNDA OUTORGANTE** obriga-se a utilizar todos os meios à sua disposição para que o presente Acordo seja respeitado e cumprido por si e pelos seus colaboradores.
- 2) **[SE APLICÁVEL]** A **SEGUNDA OUTORGANTE** compromete-se a apenas utilizar na execução do presente acordo colaboradores que previamente entreguem à SCML:

- a) Certificado de registo criminal;
- b) Declaração Individual de não existência de conflitos de interesses, sob compromisso de honra em como não detêm por si ou por interposta pessoa, incluindo cônjuge e parentes até a 2ª linha direta e 3ª linha colateral, interesse nas áreas de atividades essenciais ou instrumentais da SCML, incluindo as áreas de gestão técnica, administrativa e financeira, recursos humanos, informática e marketing e publicidade.

CLÁUSULA 9ª
(RESPONSABILIDADE)

A **SEGUNDA OUTORGANTE** será responsável por todos os danos que a **PRIMEIRA OUTORGANTE** venha a sofrer em virtude da violação da obrigação de confidencialidade *supra* referida.

CLÁUSULA 10ª
(DURAÇÃO)

As obrigações constantes do presente acordo mantêm-se durante a sua duração e pelo prazo de 10 (dez) anos após a cessação definitiva do relacionamento comercial.

CLÁUSULA 11ª
(RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS)

Todos os litígios emergentes ou relativos a este pacto serão dirimidos no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro foro.

Lisboa, ____ de _____ de 202_.

Em representação da SCML

Em representação da _____